

SESSÕES DO PLENÁRIO

1ª Sessão Ordinária da Convocação Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de janeiro de 2020.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão da convocação extraordinária para este mês de janeiro.

Pequeno Expediente. Para iniciar o Pequeno Expediente desta convocação extraordinária... Antes disso, eu queria saudar aqui, em nome dos colegas, apesar de não ter sido convidado para a festa, o deputado José de Arimateia. Que Deus lhe dê muita saúde e muita paz. Apesar de não ter sido convidado, deputado, queria desejar tudo de bom para V. Ex.^a, eu acredito que é a torcida de todos os colegas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Jacó para iniciar o Pequeno Expediente desta convocação extraordinária.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputadas, deputada Talita, deputados, pessoal da imprensa, da TV ALBA, turma do cafezinho, da Taquigrafia, eu queria, em primeiro lugar, dizer que ontem, num domingo ensolarado, numa tarde de verão muito bonita em Lauro de Freitas, tive o prazer de prestigiar, de

participar no Parque Ecológico de Lauro de Freitas... eu estive lá ontem à tarde para assistir ao show do cantor Jau dentro do Projeto Trilha das Artes, em Lauro de Freitas.

Queria parabenizar a Moema, a prefeita Moema, (lê) “porque esse é um projeto de iniciativa da prefeitura, começou em dezembro, sempre aos sábados e domingos, com música, teatro, artes circenses, shows e contadoras de histórias. Em tempos de ódio, de intolerância, de censura, ignorância, atraso e perseguição, mais do que nunca a gente faz questão de frisar aqui que a arte e cultura também são uma forma de resistência”. Parabéns, Moema, parabéns, prefeita, parabéns a toda a sua equipe, parabéns ao povo de Lauro de Freitas.

(Lê) “E por falar em cultura, quero também deixar registrado que recebi com alegria a notícia de que Democracia em Vertigem, da diretora Petra Costa, foi indicado ao Oscar 2020 como melhor documentário. Esse filme desnuda o impeachment, a farsa que tirou a presidenta Dilma e todos os seus desdobramentos, como a prisão do presidente Lula e a ascensão do neofascismo em nosso país.”

Vale lembrar aqui que, em entrevista recente, até o ministro Gilmar Mendes, do STF, disse que a decisão de prender Lula foi uma decisão malvista pelo mundo, pelo Judiciário, porque nós sabemos que foi uma farsa, e que Lula foi condenado sem nenhuma prova.

Queria também, (lê) “para concluir, não deixar de comentar a entrevista do pré-candidato à Prefeitura de Salvador, o Sr. Bruno Reis, publicada nesta segunda-feira no Jornal A Tarde. O candidato liderado por ACM Neto e Bolsonaro diz que a sua prioridade é ‘combater a desigualdade social existente na cidade’. Aí eu queria lembrar aqui que, somente na saúde, o governo do estado, na capital da qual ele, Bruno, é vice-prefeito, é quem mais investe. São mais de R\$ 800 milhões na ampliação, modernização e reforma da rede de saúde de Salvador e região metropolitana, tanto na atenção primária, quanto na hospitalar.

Apenas com a construção do HGE - 2, Hospital da Mulher e Couto Maia, são mais de 600 novos leitos injetados no sistema da capital, computando ainda as ampliações do Roberto Santos, Ernesto Simões, Eládio Lasserre e Alaíde Costa. Agora em abril, serão inaugurados o Hospital Metropolitano e a nova Maternidade João Batista Caribé, no Subúrbio, totalizando mais 400 leitos hospitalares. São mais de 1000 novos leitos hospitalares na região de Salvador e isso não pode ser ignorado.

Na atenção primária à saúde de Salvador, o Governo está construindo duas policlínicas, seis Unidades Básicas de Saúde e dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Essas ações fazem parte do compromisso do Governador Rui Costa” – com a cidade de Salvador, com o povo da Bahia e Região Metropolitana – “de fortalecer a saúde na Capital, assim como tem feito em todo o Estado.” E diferentemente do município de Salvador, que é um município que tem o pior índice da atenção básica, de cobertura da atenção básica do estado da Bahia, Salvador é a última cidade para tristeza do nosso povo que mora aqui nas periferias. Para tristeza do nosso povo, Salvador é a última capital. Qual a capital do Brasil que tem a pior nota na cobertura da atenção básica? Chama-se Salvador.

Então, é importante que a sociedade baiana tenha condições de, num processo que vai se instalar, aqui, das eleições, de nós esclarecermos a verdade e mostrarmos que esta cidade precisa, sim, de um novo rumo, de uma nova direção que olhe para aqueles e aquelas que mais precisam, que olhe para a periferia, que olhe para os bairros populares. É esse povo que precisa da atenção de um governo municipal porque é a população que mais precisa, e é esse povo que faz esta cidade pulsar, e é esse povo que faz a vida desta cidade.

Então, eu queria, para finalizar, dizer da minha alegria de estar aqui, novamente, abrindo o novo ano, desejar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um feliz Ano Novo para todos os nossos colegas, dizer a todo o povo da Bahia que estamos aqui, mais do que nunca...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado!

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) na luta em defesa daqueles e daquelas que mais precisam. Um forte abraço e estamos juntos nesta caminhada!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Hilton Coelho. (Pausa) O deputado Hilton Coelho não se encontra no Plenário.

Com a palavra, o deputado Pastor Tom.

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente, eu quero dar boa-tarde a todos, cumprimentar o deputado que está exercendo a presidência, Adolfo Menezes, cumprimentar os deputados presentes, as deputadas, a imprensa, dizer que, para mim, é motivo de alegria estar aqui neste dia.

Entendo que a Bahia vai votar algo que é a favor ou contra o povo, mas quero deixar bem claro que, como funcionário público, eu não voto favorável a esse projeto. Quero deixar bem claro aqui. Como funcionário do estado que eu sou, eu não aceito e não vou aceitar botar as minhas digitais num projeto que maltrata o povo. Os funcionários já têm, eu acho, mais de 8 anos sem aumento, e vindo taxas e mais taxas sobre o funcionário público. Então, quero deixar bem claro que não voto favorável a esse projeto, não voto favorável ao projeto do governo do estado. Quero deixar bem claro aqui.

Mas também quero aproveitar esta oportunidade para dizer que a saúde da Bahia, cada vez mais, ela vem sendo destruída. Tive o mal prazer, neste mês de janeiro, de conviver com famílias ali na cidade de Feira de Santana e famílias do interior da Bahia que precisam de regulação; e nada de regulação. E, mais uma vez, pessoas sendo ceifadas, pessoas mortas, porque a regulação não está resolvendo nada, nada, nada, nada, nada. Aí o governo do estado traz um projeto para esta Casa para prejudicar o funcionário público.

Então, eu acho que esta Casa tem a oportunidade de não aprovar esse projeto, o projeto que vem de encontro à sociedade, o projeto que vem de encontro àquelas pessoas que têm dado a sua vida – eu falo aqui como policial militar –, vejo também

muitas pessoas da saúde sofrendo. Nada de aumento, mas projeto para prejudicar, projeto para prejudicar. A gente fica muito triste, muito triste com essa atitude do governo do estado. A saúde não está funcionando; a segurança uma negação e agora traz um projeto para maltratar o funcionário público. A gente vê isso com muita tristeza.

O governador deu a palavra dele que iria inaugurar o puxadinho lá de Feira de Santana, do Clériston Andrade, agora em janeiro. Já entramos em janeiro, hoje já é... cadê aqui... 13, 13, né? E nada de inaugurar o puxadinho ali do Clériston Andrade. Então, o governo fala as coisas, não cumpre nada do que fala. A saúde, uma negação; a segurança, uma negação, e aí traz projeto para esta Casa para prejudicar as famílias da Bahia.

É com muita tristeza que eu vejo a articulação do governo do estado para querer aprovar a venda de colégio, para aprovar essa Previdência. Falaram tanto do presidente Jair Messias Bolsonaro, falaram tanto e estão fazendo pior com os funcionários da Bahia. É algo bem pior, muito pior do que o do governo federal. E lá teve discussão, foram quase 6 meses discutindo, quase 6 meses discutindo a aprovação da Previdência do governo federal. E aqui, sorratamente, o governo não negocia, não conversa, não dialoga com ninguém, e já coloca como urgência, para que venha a ser aprovado. Como é que pode? Que moral esse governo tem para falar?

E eu vou ouvir com muita atenção esta tribuna, os deputados que vão usar esta tribuna, que vão votar favorável à reforma da Previdência estadual. Tá?

Eu vou ouvir tranquilamente aqui. Quero ver qual será o discurso amanhã ou depois, quero ver qual é o discurso que vai ser, quero ver qual é o discurso que vai ser ao se votar contra o povo da Bahia. Tá? Eu quero ver. Falaram tanto! Lá, pelo menos, se negociou, conversou, acertou, dialogou para aprovar. Aqui, não! Aqui, eles estão querendo empurrar goela abaixo sem vaselina.

Mas eu quero concluir minhas palavras, Sr. Presidente Adolfo Menezes, para dizer que podemos todas as coisas naquele que nos fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da tribo de Judá. Ó, glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, imprensa que nos acompanha, servidores desta Casa.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna hoje muito feliz para trazer a informação que já é de conhecimento público, qual seja, o nosso time, o time do prefeito ACM Neto já apresentado, na segunda-feira passada, o nosso candidato a prefeito da cidade do Salvador, a nossa capital, o hoje vice-prefeito e secretário de Infraestrutura Bruno Reis.

Este nome já vinha sendo cogitado há algum tempo e, talvez, o melhor nome que pudesse ser apresentado neste momento para disputar as próximas eleições. Bruno foi deputado estadual nesta Casa, foi eleito destaque em seu primeiro ano de mandato. Bruno acompanha o prefeito ACM Neto há mais de 20 anos, desde o início da sua

caminhada política. Bruno foi assessor. Bruno foi secretário de Reparação nesta cidade. Bruno, hoje, é secretário de Infraestrutura e conhece a cidade na palma da mão. Ele, com certeza, será a pessoa a dar continuidade à transformação que o prefeito ACM Neto trouxe ao município de Salvador.

Ouvia, agora há pouco, um deputado da Oposição dizer que Salvador tem a pior cobertura em saúde básica. Mas é importante lembrar, Sr. Presidente, que, após a gestão do PT, o secretário Eugenio Portela entregou a saúde básica do município com 104 equipes e, apenas, 18 centros de cobertura.

Hoje, a atenção básica é 50,22%, e 311 equipes. Isso mostra o quanto avançou a prefeitura de Salvador na área da saúde, mas também na área da educação, na área de infraestrutura. A atual gestão reformou, praticamente, toda orla da nossa cidade, desde São Tomé de Paripe até Itapuã, reformou a maioria das praças do nosso município, construiu outras novas, construiu campos de futebol. A pavimentação de toda Salvador, hoje, é nova.

Quando o prefeito ACM Neto assumiu a cidade, ela se encontrava totalmente esburacada. Os postos de saúde estavam depredados e, hoje, todos estão reformados e há os novos construídos. Há, agora, escolas em tempo integral.

O prefeito ACM Neto provocou uma verdadeira revolução em nossa cidade por devolver ao cidadão o orgulho de dizer que é soteropolitano, trazendo de volta os turistas e entregando, agora, Sr. Presidente, dia 26 – e já convido todos os deputados –, o novo Centro de Convenções da capital que trará desenvolvimento não só para nossa cidade, mas para todo estado.

Digo isso porque o Centro de Convenções estadual se encontra, ainda, sem um destino, e os seus escombros se encontram ali para fazer vergonha a todas as pessoas que passam. E o governo do Estado sequer tomou uma atitude de demolir aquela fotografia horrorosa em nossa cidade.

Então esta é a Salvador que o prefeito Bruno Reis vai encontrar. Com certeza, ele dará encaminhamento a esta transformação que se iniciou há 7 anos, quando o prefeito ACM Neto assumiu esta gestão.

Mas é importante bater bastante, Sr. Presidente, principalmente na área de saúde, pois o quadro encontrado na prefeitura de Salvador era decorrente das gestões petistas, de secretários indicados pelo governo do PT, que entregaram, com certeza, naquele momento, ao prefeito ACM Neto, um quadro deplorável de, apenas, 18% de cobertura da atenção básica.

Inclusive, Sr. Presidente, entendo eu que Bruno terá um desafio muito maior do que o que prefeito ACM Neto encontrou quando chegou à prefeitura de Salvador, porque como o prefeito ACM Neto encontrou tudo desorganizado, cada avanço e cada passo à frente conseguido mostravam o seu trabalho, o seu empenho.

Mas Bruno vai encontrar a casa organizada, vai encontrar a saúde equilibrada, as contas equilibradas. Então o futuro prefeito Bruno Reis terá muito mais trabalho para conseguir não só manter os avanços obtidos durante o governo do prefeito ACM Neto, mas ir além. Com certeza, confiamos na capacidade de Bruno, pois todo o nosso grupo está reunido em torno deste nome uma vez que ainda não sabemos quem vamos

enfrentar. Nós vemos o governo, ainda, batendo cabeça. Mas acho que, dentro em breve, deverá ser apresentado algum nome. Com certeza, seremos vitoriosos.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado aniversariante José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, primeiro, quero agradecer a Deus por estar de volta a esta Casa neste ano de 2020, com a bênção de Deus, para dar continuidade ao trabalho que estamos fazendo em defesa e em favor da população. Segundo, agradecer, também, a Deus por chegar aos 57 anos de idade. Agradeço a Ele, agradeço à minha esposa, aos meus filhos, aos meus netos.

Inclusive, estou com o meu neto passando aniversário neste dia importante. Ele está ao meu lado, pois ele mora no Rio de Janeiro. A minha netinha tem 5 meses, e não pôde estar presente, porque está em Brasília. Mas tudo isso nos mostra a força da importância da família.

Assim, eu quero agradecer a Deus, porque Ele, primeiro, é a base. Deus é a base da família, Deus é a base para nos dar forças para trabalhar, nos dar inspirações, nos dar sabedoria.

Eu quero desejar a todos desta Casa um feliz 2020. Que Deus, também, possa estar nos planos e, em primeiro lugar, na vida de vocês para a gente poder estar... Quanto ao projeto planejado para 2020, espero podermos conquistar êxito. Então, em tudo, ao se colocar Deus em primeiro lugar, meu amigo presidente, pode ter certeza que tudo dará certo.

É isso o que desejo a todos.

Gostaria de registrar, como bem falou o meu amigo deputado Tiago, há pouco, que nós participamos, também, deste ato do lançamento do nome do nosso colega Bruno, pois foi colega conosco nesta Casa, foi secretário e, agora, vice-prefeito Bruno Reis. Com certeza, ele estará dando continuidade ao trabalho que o prefeito ACM Neto vem fazendo com esta mudança e com esta transformação na cidade de Salvador.

É público e é notório que os soteropolitanos, com certeza, irão reconhecer tudo aquilo que o prefeito ACM Neto vem fazendo não pode parar. O prefeito ACM Neto, mesmo em seus 8 anos de governo, a serem completados, ainda tem muito o que fazer pela cidade de Salvador. O nosso colega Bruno Reis é um rapaz humilde, simples e preparado. Nessa convivência ao lado do prefeito ACM Neto, como secretário e também vice-prefeito, ele já conhece todos os problemas da cidade de Salvador.

Então, em nosso Partido Republicano Brasileiro, tanto eu, como o deputado Jurailton e o nosso presidente e atual deputado federal Márcio Marinho, participamos do lançamento da pré-candidatura do vice-prefeito Bruno Reis ao lado dos vereadores Luizinho, Isnar de Araújo, a nossa amiga vereadora Ireuda e, também, a nossa secretária Rogéria Santos.

Então, eu gostaria de fazer, também, este registro e dizer que, nesses dias, nós estaremos apresentando as nossas ações referentes ao ano de 2019, o que nós conseguimos construir, o que nós conseguimos fazer em benefício da população. Eu estarei prestando contas nesta tribuna. Eu já quero dizer, para vocês que nos assistem, que já podem acessar as nossas redes sociais, pois vocês já estarão acompanhando de perto.

Sucesso a todos!

Parabéns a todos por retornarem a esta Casa com saúde, com felicidade.

Desejo um feliz 2020 para todos os baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o outro aniversariante do dia, o nosso colega deputado Alan. Não chamou ninguém para a festa, mas tudo bem.

O Sr. ALAN SANCHES: Quantos anos, amigo? São 57. Você está uma bênção aí, viu?

Bem, amigos, primeiro, quero saudar todos vocês. Segundo, quero agradecer às diversas manifestações dos amigos, dos queridos colegas, da assessoria, pela passagem do nosso aniversário. São 52! A gente não pode nem enganar. (Risos) Hoje, são 52. Mas Ivana estava dizendo que é com chassi de 47, meu irmão! Então, a gente está bem graças a Deus. Há limitações normais. Mas, graças a Deus, com saúde, com a alegria de estar aqui compartilhando com a família, com os filhos, com os amigos. Então é extremamente importante, uma data realmente importante e ímpar na minha vida.

Eu quero parabenizar o meu colega de data de aniversário, o Arimateia, que faz – por isso que é uma pessoa tão querida, tão boa – aniversário no mesmo dia, 13 de janeiro. Só que ele é 10 anos mais velho do que eu, mas tranquilo.

Queridos amigos, o que digo aqui hoje é que fomos convocados para a votação de alguns projetos, parece-me que são seis projetos. Ainda não me debrucei para fazer um juízo de valor sobre a sua totalidade e também dissecando cada projeto desse. O que vai ser bacana aqui nesta Casa é principalmente... Quando o Partido dos Trabalhadores e outros partidos que estavam aqui com discursos bem calorosos contra a reforma da Previdência...

Eu cheguei a ver, em alguns lugares, *outdoor* dizendo: “Eu voto contra a reforma da Previdência.” Mas quando chega aqui... aí eu quero ver, porque eu acho que a política, deputado Diego Coronel, tem que nortear a sua vida também política através de alguns princípios que são basilares; alguns princípios, presidente Adolfo Menezes, alguns princípios que vão nortear a sua vida. Se você é contra determinada coisa, você tem que ser contra também na política.

Então você não pode, porque fica parecendo uma biruta de aeroporto, porque ela vai virando de acordo com o vento para orientar as aeronaves como é que está sendo o vento. Então, como é que o Partido dos Trabalhadores aqui e alguns partidos aliados

fizeram discursos, discursos – inclusive esta Casa aqui foi palco de reunião de debate – contra a reforma da Previdência?

E agora que o governo do estado... Nós sabíamos que isso ia ter que acontecer, só que no primeiro momento, o governo do estado, o próprio governador Rui Costa, ele não sabia, ele não tinha conhecimento de que ele ia precisar aqui também de fazer essa votação e discutir e debater isso com a sociedade. O que aconteceu? Quando ele percebeu que ia...

Primeiro, ele achou – com a votação da Previdência do governo federal, que é uma coisa extremamente importante – que a gente precisava. Isso foi discutido, mas o Partido dos Trabalhadores e alguns partidos aliados, como o próprio PCdoB, eles, no governo federal, inclusive aqui nesta Casa, começavam a dizer que aquilo era um absurdo, começavam a dizer que aquilo não poderia acontecer, porque eles achavam que era necessário – porque eles sabiam que era necessário –, mas eles não iam pegar o desgaste. Mas a gente não pode enganar a população. A gente precisava trazer a verdade e o debate para esta Casa.

E o que nós observamos – eu ainda quero dizer que não me debrucei totalmente sobre o projeto, não dissequei esse projeto da Previdência nem os outros –, o que nós observamos em alguns pontos é extremamente benéfico, ele vem de uma forma leonina para cima dos servidores, sem discussão com a sua categoria, assustando todos os servidores, mas nós sabemos, deputado Targino Machado, como V. Ex.^a sempre citou aqui, que os servidores sempre estiveram apoiando o Partido dos Trabalhadores, o PCdoB. E, dessa forma, a gente vai saber o seguinte: e agora, ele abriu alguma discussão...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com V. Ex.^{as}? Ele conversou com V. S.^{as}, com os sindicatos, com os servidores? Não. Ele vai jogar, vai tentar passar o rolo compressor para que seja aprovado! E essa medida que eles, todos eles tocaram o pau, falaram mal, criticaram, disseram que era um absurdo... E, hoje, a gente está aqui sendo convocado para votar justamente esse mal...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que eles tanto falaram aqui nesta Casa e na Câmara Federal.

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Diego Coronel): Com a palavra o próximo orador, pelo tempo de 5 minutos, deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, o deputado Alan Sanches, aniversariante do dia, tem toda razão. Às vezes se fala uma coisa, se prega uma coisa, se faz outra. Eu, pelo menos, já fiz diversos pronunciamentos aqui desta tribuna mostrando da importância. Infelizmente, esse é um problema complexo que, em todos os lugares do mundo, quando se tenta fazer uma reforma, existem os protestos.

Veja que a França, um país de primeiro mundo, um país rico, um dos principais do mundo em tudo o que se fala, está lá há 40 dias com protestos, porque o presidente quer fazer uma reforma também na Previdência. Mas ninguém nunca viu aqui nenhum deputado, deputado Alex, contestar que o governo da Bahia tirou, em 2019, R\$ 4,3 bilhões – salvo minha memória –, R\$ 4,3 bilhões para complementar a previdência dos servidores, que merecem todo respeito desta Casa, como sempre tiveram, e do governador Rui Costa, um governador técnico, governador que, apesar de ser, deputado Paulo Câmara, do PT, tem posições que às vezes contraria porque ele sabe o que precisa ser feito. Infelizmente!

Eu acredito que todos os governadores e prefeitos deveriam ter aceitado que se fizesse pelo Congresso Nacional a reforma completa para todos no Brasil. Como não aceitaram, não sei os motivos. O que nós vemos agora são prefeitos com dificuldades, governadores com dificuldades para aprovar as reformas necessárias.

Então, a Bahia, pelos dados técnicos, se não fizerem a reforma necessária, no final de 2020, serão quase R\$ 5 bilhões tirados da infraestrutura, de escolas, de hospitais, de estradas, de tudo o que falta no nosso estado, R\$ 5 bilhões, que é uma montanha de dinheiro, deputado Aderbal, para complementar o pagamento porque também não teria sentido os funcionários, que dedicaram toda a sua vida ao serviço público, chegarem, como ocorreu em vários estados como o Rio de Janeiro e outros, na época em que eles mais precisam, na época da velhice, na época para curtir a sua aposentadoria, não terem o que lhe é de direito, que é o salário.

Então, eu acredito que são medidas amargas, mas medidas necessárias já feitas por outros governadores. E agora, nessa convocação extraordinária, tentar se fazer aqui na Bahia.

Então, segundo os técnicos, essas reformas que devem ser aprovadas agora no mês de janeiro, vai ser uma economia nos próximos anos de apenas R\$ 800 milhões, que ainda só com um longo prazo é que se vai zerar esse déficit monumental que o governo tira de toda infraestrutura, de todas as outras necessidades para cobrir.

Então acredito que esta Casa sabe da necessidade, a Bancada da Oposição sabe também da necessidade. Então, acredito, que neste mês de janeiro, depois dessa liminar dada pela Justiça, no último sábado, o governo já deve estar se movimentando. Deve cair, acredito, nessa semana, para que a gente possa aqui fazer o nosso trabalho e um trabalho necessário. É claro que alguns sempre vão criticar, porque faz parte da política. Um mês depois de o governador...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Rui Costa ter a maior votação da história da Bahia, a gente já ouvia discurso aqui nesta Casa criticando. Então faz parte da democracia cada um manifestar as suas posições. Mas queria dizer que, infelizmente, é o remédio amargo para que a Bahia não chegue ao que chegaram outros estados da Federação, quando até hoje ainda não pagou o 13º salário.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E não pagou o salário de dezembro.

É isso que o governador não quer, e é por isso essa convocação extraordinária para fazermos os ajustes necessários.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Diego Coronel): O próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente ainda, o deputado Prisco pelo tempo de 5 minutos. O deputado não se encontra presente. Com a palavra o próximo orador, deputado Aderbal Caldas, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, venho a esta tribuna para parabenizar, para abraçar efusivamente esses dois companheiros que estão completando mais um ano de vida. Como diria o caipira lá: “Estão arrancando mais um pé de mandioca no mandiocal da vida.” Então eu quero pedir a Deus e mais, nós temos muito mais, Arimateia, que agradecer do que pedir. O que Deus tem feito por nós só pela graça de existirmos, de estarmos aqui com vida e saúde, eu agradeço por mim e por vocês, José de Arimateia e Alan Sanches, dois amigos leais, dois parlamentares de escol que fazem um trabalho nesta Casa com independência, com dignidade, em prol da coletividade baiana. Vocês são dos mais assíduos nesta Casa e são parlamentares altamente qualificados, moralmente, intelectualmente e politicamente.

Portanto, nós vamos pedir, estou pedindo a Deus que dê saúde e paz, que prolongue por muitos e muitos anos, que esta data se repita por mais de 50 vezes aí, porque cidadãos políticos da estirpe de vocês dois é um pouco raro, não é tão comum e, independentemente de partido, V. Ex.^{as} são parlamentares altamente qualificados e dedicados.

Esta Casa, o povo baiano, todos nós precisamos da presença dos senhores Alan Sanches e José de Arimateia por muitos anos. Pedimos a Deus que esta data se reproduza com vocês em pleno vigor, com saúde, com a ideologia que vocês têm e que é invariável, não é oscilante. São parlamentares que têm posição, têm coragem cívica. Nós rogamos a Deus pela vida, a saúde e o vigor desses dois companheiros que além de colegas são pra mim da minha estima, da minha amizade, do meu coração. São companheiros com os quais nós construímos uma amizade, desde que chegaram a esta Casa, e temos ampliado, não só conservado, mas ampliado a cada dia esta amizade sincera e leal. O homem para ser digno tem que ter duas qualidades, têm de coexistir nele duas qualidades que são a gratidão e a lealdade; são qualidades que não perecem nos senhores, mas os senhores são portadores dessas e de outras qualidades morais, intelectuais e ideológicas.

Portanto, eu reitero meus parabéns, o meu abraço afetuoso aos dois companheiros, que Deus os abençoe e proteja e dê longa vida aos companheiros Alan Sanches e José de Arimateia. Um grande abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo orador, deputado Prisco, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, demais membros, deputados aqui, pessoas da plenária também.

Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero ver agora qual será o discurso da Bancada do Governo em relação à reforma da Previdência. Quando a reforma da Previdência estava sendo votada na União, no governo federal, aqui eu cheguei, mesmo não votando lá, e coloquei-me contrário. Aqui também os deputados do governo se colocaram contrários, agora todos são favoráveis. Além de eu querer ver a Bancada do Governo, quero ver os sindicatos da base dos trabalhadores, dos servidores que sempre apoiaram este governo, como é que será o papel deles agora. Não adianta vir aqui na frente fazer discurso, tem que fazer a luta de verdade para que o trabalhador realmente não tenha seus direitos perdidos e vilipendiados por este governo, com uma reforma muito pior do que a aprovada em nível federal. Os professores que tanto os apoiaram serão os mais prejudicados nessa reforma, como os demais servidores.

Então, vamos aguardar o desfecho disso para ver de que forma este governo vai tratar aqueles, que eles dizem que sempre apoiaram, e que na campanha eleitoral estiveram com eles. É chegada a hora de a categoria dos servidores públicos cobrar dos seus ditos representantes, dos sindicalistas, de que lado eles vão estar. Não adianta vir aqui fazer zoadas na frente e ir para sala fechada fazer acordo com o governo e votar o projeto. Tem que mostrar a cara, de que lado está realmente e fazer uma campanha contrária a essa reforma da Previdência.

Sobre o projeto de promoção, que o governo diz que é uma vantagem para os militares, é outra enganação que ele está fazendo com a categoria. Não discutiu com a maior associação de policiais militares da Bahia, que é a Aspra, de 15 mil associados, que ele infelizmente está tentando fechar, mas não vai conseguir, utilizando o Poder Judiciário de forma absurda e arbitrária. Criou um projeto com um quadro que trava a categoria, não a deixa ascender profissionalmente. Em 2014, esse mesmo governo sentou e, em seis meses, criou o projeto de lei que está na Casa Civil, assinou o acordo e não foi enviado para esta Casa. E, agora, sentando com algumas associações que só dizem “amém” e “sim, senhor” a este governo, traz para esta Casa um projeto de lei muito ruim para toda a categoria. Não foi isso que foi discutido em 2014, mas é uma prática deste governo pegar alguns pelegos, botar na mesa, fechar o acordo e colocar aqui e depois dizer que ouviu a categoria. É importante que a categoria fique atenta nesse sentido.

Sr. Presidente, quero falar também de uma situação que está acontecendo na Ilha de Itaparica. O comandante da 5ª Companhia tem massacrado os policiais, maltratado os policiais, que é o major Sávio. Infelizmente, a categoria lá está toda descontente, e o governo e o secretário não estão vendo a realidade do que está acontecendo na ilha. Policiais, inclusive, que estão afastados pela junta médica estão sendo forçados a trabalhar, a concorrer a escala, escalas absurdas. Nunca aconteceu aquilo na ilha, nunca um comandante que passou lá maltratou aquela tropa, por ser uma tropa excelente, de grande produção de trabalho. Mas, agora, infelizmente, aquela companhia está vivendo momentos tenebrosos, com um comandante que quer simplesmente prejudicar a tropa lá da ilha. Vamos fazer uma visita à 5ª Companhia, vamos acionar o nosso

departamento jurídico para responsabilizá-lo por todos os atos que estão acontecendo. Espero que ele olhe a base dele, os praças que o sustentam no comando e reveja as posições que está tomando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao Líder Rosemberg Pinto, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidoras, servidores, visitantes, imprensa, quero aqui, Sr. Presidente, dizer que nós estamos retornando, a partir de hoje, numa convocação extraordinária que tem o objetivo de debater alguns temas que são extremamente relevantes para a sociedade baiana. E quero aproveitar este momento para fazer alguns esclarecimentos com relação a alguns questionamentos que têm sido feitos publicamente, inclusive, hoje, na porta da Assembleia Legislativa com relação à Casa e com relação aos deputados.

Primeiro, queria dizer que nós vamos... Esta convocação extraordinária prevê o debate da PEC da Previdência, prevê o debate com relação à remuneração de diretores e diretoras de escolas. Nós vamos debater aqui também uma nova regulação para os policiais e militares, fruto, obviamente, de uma adequação à realidade nacional, à realidade baiana. Vamos debater nesta Casa também um projeto de lei que versa sobre o desafetamento de uma área no Corredor da Vitória, onde, até o ano passado, funcionava uma escola estadual. Ou seja, tem algumas tarefas importantes para nós, deputados e deputadas, durante esta convocação extraordinária. E, aqui, durante este... já entrando no meu terceiro mandato, é a primeira vez que se faz uma convocação extraordinária. E gerou muitas discussões com relação a esta situação.

Primeiro, é regimental a convocação extraordinária, uma vez que ela pode ser de iniciativa do Legislativo ou pode ser de iniciativa do Executivo. Neste caso, de iniciativa do Executivo. Com relação à PEC que debate a Previdência estadual, primeiro é fundamental, deputada Fabíola, que nós venhamos a entender que há uma exigência do governo federal para que os estados e municípios se adequem à nova realidade previdenciária, sob pena de estados e municípios perderem a capacidade de contratualizar com o governo federal. Ou seja, deputado Targino, se municípios e estados não resolverem esta pendência, o estado da Bahia ou todos os estados da União estarão impedidos de fazer essa contratualização, o que vai impedir as diversas ações.

As maiores delas, seja a partir dos municípios ou dos governos estaduais, são as de origem, por parte orçamentária, do governo federal. Então, diversas obras poderão ficar paralisadas, ou nós poderemos inviabilizar os novos projetos de desenvolvimento dos estados brasileiros. Daí todos os estados, a partir dos seus poderes executivos, apresentarem propostas de reforma da Previdência para adequação à nova realidade previdenciária brasileira.

Aqui na Bahia, quando o governo do estado, o governador Rui Costa, apresentou essa PEC, inicialmente ele teve o cuidado de chamar os principais partidos, os que têm

base social, com os servidores públicos do estado da Bahia, para apresentar o detalhamento dela. E deixou claro que, efetivamente, os deputados poderiam conversar com as diversas associações e sindicatos que representam essas categorias para que pudéssemos ajustar possíveis propostas que ampliassem ou diminuíssem as regulações previdenciárias dos servidores do estado.

Ainda com esse projeto de lei chegando à Casa – inicialmente PEC 157, depois PEC 158 –, imediatamente nós, deputados, sob a batuta... aqui, com o deputado Targino certamente dialogando com os deputados da Oposição, e nós dialogando com os deputados do Governo, abrimos um debate com setores organizados dos servidores desde o dia 7. E com alguns deles eu fiz antes do dia 7. Mesmo no período entre Natal e Ano Novo, debati com diversos companheiros individualmente, lideranças dos movimentos sindicais dos servidores do estado. Na minha sala, desde o dia 6, na última segunda-feira, não teve um dia em que nós não debatemos essa questão com os representantes dos servidores.

Porém há um impasse que está colocado: o impasse é que uma parte dos movimentos que coordenam os servidores, principalmente as centrais sindicais, apresenta um pleito que é o da retirada da PEC, não quer discutir nenhum ponto dela, diferentemente de outros movimentos, a exemplo da Associação dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, que aglutina todos os servidores do estado, que quer abrir a discussão. E nós o fizemos, e diversos pontos foram apresentados para que nós pudéssemos dialogar entre os deputados e pudéssemos levar ao Executivo a reivindicação dos servidores.

Então houve, sim, um debate sobre esse tema. Quero lamentar o questionamento que se fez a esta Casa. Meu querido deputado Hilton, V. Ex.^a deveria ter questionado aqui qualquer tipo de entendimento que V. Ex.^a achasse antirregimental – aqui, no plenário desta Casa. Porque nós precisamos resolver as nossas questões aqui no nosso plenário. Se nós não respeitarmos os nossos pares e as nossas decisões, deputado Diego, de quem nós queremos o respeito à Casa Legislativa?

Eu não posso admitir, porque o Regimento prevê todas as questões que nós fizemos. Aqui nesta Casa nós votamos todos os projetos que são possíveis a partir de acordos que o Regimento permite que se façam. O requerimento que foi aprovado quando aqui chegou o projeto já fizemos no passado com dispensa dessas formalidades para atender à situação daquele momento. E nunca fomos buscar o Poder Judiciário para resolver o problema da nossa Casa.

Quem resolve o problema do Regimento da nossa Casa são os deputados. No momento em que eu vou pedir a interferência do Judiciário, eu estou dizendo que esta Casa não tem a capacidade de resolver os seus problemas internos. Então eu acho que é aqui que nós temos que resolver essas questões. Eu lamento que se coloquem publicamente determinadas questões que não são verdadeiras.

Do ponto de vista da presença dos deputados, há uma prática no Brasil inteiro. No Congresso Nacional funciona dessa maneira, aqui funciona dessa maneira, em todas as outras Assembleias funcionam dessa maneira. Não importa se aqui nesta Casa, na hora de votar, tenha 10, 5 ou 63 deputados, o que importa é que se tenha aqui no

painel a presença da maioria dos deputados. Porque nós não podemos jogar fora a história do Poder Legislativo. Nós não podemos aqui, sob a batuta de tentar ser simpático ao nosso agrupamento... Aí eu vou desmontar a realidade da Casa Legislativa, não a baiana, mas a das casas legislativas brasileiras.

Nós não podemos deixar, calados, que isso aconteça. Eu venho aqui dizer: lamento! Lamento que nessa questão, a tramitação de projetos, o Poder Judiciário tenha interferido na Casa Legislativa. O Poder Legislativo tem toda legitimidade – toda legitimidade – de buscar, no ato que esta Casa faz, se tem ou não tem constitucionalidade. Mas daí o Judiciário interferir no procedimento interno da Casa, interferir no como nós estamos votando os projetos aqui na Casa, não é uma coisa boa para a relação entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. Eu quero dizer que são fantasiosas muitas questões que estão falando por aí. Aí dos próprios... de alguns colegas vi declarações no jornal, não sei se são verdadeiras ou não, falando inclusive da remuneração de deputados, que o governador está pagando para os deputados estarem aqui votando. Não é verdade! O governador nunca pagou a ninguém nem pediu a ninguém para vir votar para receber nenhum tipo de remuneração. Agora a Casa Legislativa tem seu Regimento.

E eu sou uma das pessoas que chega todos os dias aqui 8h da manhã e sai 9, 10h da noite. E não é justo para nenhum deputado, nas convocações extraordinárias... Se tem Regimento que diz que a forma é essa, eu acho que o Regimento precisa ser respeitado. E quem achar que não deva e que realmente... Certo, é extremamente remunerado pelas suas atividades, que assine um documento dizendo: “Eu não aceito dessa maneira.” E não vai dar nenhum tipo de custo.

Agora, quem paga a vinda dos deputados do interior para hoje estarem aqui? Quem é que vai pagar? Ou seja, essas questões têm que estar claras. E nós não podemos ser levianos ao ponto de expor os deputados e nem o governador, dizendo que o governador está pagando para os deputados virem aqui. Não é verdade isso. Nós precisamos desmistificar isso. Eu não sei nem como é o Regimento do ponto de vista... se tem ou se não tem remuneração para convocações extraordinárias.

Aqui, nesta Casa, contra a minha posição, o deputado Álvaro Gomes apresentou um requerimento que defendia que os deputados não tinham que ter 13º salário. O 14º eu entendia que nós tínhamos de retirar, porque a sociedade não recebe o 14º salário e nem os servidores recebem. Mas nós, os deputados, chegamos aqui e porque havia uma pressão naquele momento foram retirados dos deputados o 13º e o 14º salários. Aqui, nesta Casa, nós votamos. Não saiu uma linha sequer com relação a esse movimento que foi feito.

Eu estou dizendo claro para que a gente possa entender. E nós temos que fazer a defesa da Casa Legislativa, deputado Hilton. Aqui nós não rompemos nenhum procedimento, nesta Casa. Nós votamos aqui o que se permite no Regimento desta Casa.

O Sr. Zé Raimundo Lula: V. Ex.^a me permite um aparte, por favor?

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, deputado Rosemberg.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Com o aparte o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Líder Rosemberg Pinto pelos esclarecimentos, pelo debate que sugere a esta Casa. E lembrar aos que assistem a nós pela *TV Assembleia*, e essas palavras que estão sendo ditas aqui e vão ficar registradas nos Anais da história da Bahia para futuros historiadores e pesquisadores. E que, no fundo, nós vivemos um drama da crise do poder representativo. E em todos os temas que aparentemente tenham a força moral, ética, e dos quais o Legislativo assume o debate, vem a mídia em geral com uma carga contra o Poder Legislativo, qualificando e desqualificando a vida pública, sobretudo os parlamentares.

Ora, a política tem que ser o lugar da busca da verdade e das soluções coletivas. E, muitas vezes, os diversos setores, os diversos segmentos, enxergam os seus interesses legítimos, mas o conjunto dos problemas da sociedade não aparecem no debate. Por isso, nessa oportunidade, nobre Líder Rosemberg Pinto, precisamos debater qual é a situação efetiva da Previdência no Brasil, na Bahia e, em particular, dos servidores públicos.

Porque é claro que há distorções. É claro que há privilégios no sistema previdenciário brasileiro, não é? E há também, evidentemente, aquelas categorias menos, digamos assim, que têm menos poder aquisitivo e que, praticamente, ninguém toca, ninguém faz referência como é o caso, por exemplo, dos servidores que percebem até três, quatro, cinco salários mínimos, que é a grande maioria dos servidores. Como no Brasil a grande maioria da população está lá no sistema geral até cinco salários mínimos. Mas, efetivamente que há grupos privilegiados que a gente precisa fazer justiça social, mas valorizando e melhorando a situação dos que ganham pouco para que se faça o equilíbrio social.

E, também, nesse debate, para concluir nobre Líder, nós temos que trazer os grandes privilegiados dessa sociedade: os ricos. As grandes fortunas que não pagam impostos, sobretudo o pós-produção, os lucros, os dividendos, os acionistas, para trazer de quem tem mais para quem tem menos.

Eu acho que esse debate que V. Ex.^a propõe coloca esse debate em outro nível e traz a necessidade de nós repensarmos o estado como um todo, o poder público como um todo, porque senão nós não seremos reformadores sociais. No mais é o discurso de ocasião aqui e acolá, etc, etc, para poder posar para a mídia.

Essas são as minhas considerações. E parabéns a V. Ex.^a pela lucidez da proposta.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Obrigado. E peço para incluir no meu pronunciamento.

Então, para encerrar essa questão do questionamento ao Judiciário...

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, deputado Rosemberg.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Vou lhe dar.

Acho legítimo que a CUT, que qualquer outra central fizesse essa manifestação ao Tribunal de Justiça. Agora, um parlamentar fazer isso para um ato tomado nesta Casa é lamentável! É o desrespeito ao procedimento desta Casa e quanto a isso eu não posso ficar calado.

A outra questão... eu já vou te dar o aparte. A outra questão, quero dizer aqui o seguinte: nós estamos debatendo todos os pontos. Foi apresentado para nós... A reforma da Previdência de Bolsonaro é uma coisa. Ali tinha o objetivo concreto de desprestigiar e de atacar a centralidade do povo pobre da sociedade brasileira. Aqui nós estamos debatendo o rombo de 4,3 bilhões que a sociedade baiana está pagando.

Eu quero fazer esse debate com os meus colegas, ex-companheiros meus de sindicato, que não é assim que funciona. No estado quem ganha 10 mil reais, o servidor, hoje, bota 1.400 e o estado bota 2.400 durante 25, 30 anos. E depois, no restante do período, deputado Adolfo, vai se receber por R\$ 10 mil a aposentadoria. E quem paga essa diferença?

Eu não estou dizendo que nós temos que acabar com a aposentadoria nos limites, nós temos é que encontrar a forma de garantir isso sem necessariamente jogar essa conta para o povo pobre, principalmente, que contribui com a sociedade brasileira.

Bem disse aqui o deputado Zé Raimundo que nós não taxamos as grandes fortunas.

É esse o debate em relação à Previdência do estado da Bahia, que ela vai quebrar, deputado Hilton.

E sobre a discussão hoje de que nós não podemos fazer nada, nós estamos jogando os servidores do estado para daqui a 10 anos não terem o que receber pelo que eles contribuíram.

Eu estou dizendo isso porque eu vivo esse problema. E olhe que eu vivo esse problema na iniciativa privada, eu não vivo esse problema no estado. Imagine na iniciativa privada em que havia um compromisso entre patrocinador e patrocinado na previdência complementar de que o patrocinado era responsável pelo desequilíbrio previdenciário. Aconteceu o desequilíbrio previdenciário em vários planos de saúde e são os trabalhadores que estão pagando essa conta.

Então, isso vai acontecer daqui a 10 anos com a Previdência do estado e serão os servidores que vão pagar essa conta. Então, nós temos que resolver isso agora, ter a coragem de resolver para que os nossos servidores não venham a ter o mesmo prejuízo que vários da Petrobras... e tem companheiros da Petrobras que sabem do que estou falando.

É isso que quero dizer.

Eu quero, aqui, reafirmar que estamos debatendo. Hoje, às 16 horas, temos reunião com os servidores aqui. Para todas as reuniões eu convidei os partidos que têm base social, inclusive o PSOL. O deputado Hilton participou de todas as reuniões, todas as reuniões com os servidores.

Não há motivo para se dar essa discussão porque os servidores, uma parte aqui, não querem discutir. Não querem discutir, se retiraram da reunião. Uma parte ficou e nós discutimos e avançamos. E fizemos diversas reuniões.

E vamos apresentar hoje, à tarde, uma proposta para os servidores, modificando várias coisas, como tempo, idade, transição, que não têm nada a ver.

A Previdência que veio nunca foi igual à de Bolsonaro, sempre foi menos cruel. É lógico que toda reforma da Previdência vai trazer, sim, prejuízo para quem já está nela, mas nunca da forma que está aí.

Avançamos mais ainda, e quem perde é quem não debate.

Deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Deputado Rosemberg, eu quero começar dizendo que os seus ex-companheiros de sindicato – eu entendo que V. Ex.^a ainda se...

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Todos conversam comigo.

O Sr. Hilton Coelho: Claro.

(...) reivindica um lutador social, mas, realmente, não está na vivência dos sindicatos no cotidiano – estão aí fora, querendo discutir. Uma parte está aqui, os companheiros do Sindipoc, querendo fazer a discussão sobre a questão da reforma da Previdência, mas que se faça uma discussão aberta, séria, tranquila, sem que os trabalhadores tenham que contar os minutos de reflexão para tentar achar uma saída para um problema, deputado, do qual nós não temos consciência do tamanho dele.

O governo errou muito quando não abriu os elementos do estudo atuarial. O governador Rui Costa fez o estudo através de uma consultoria, que apresenta... com certeza sistematizou um conjunto de elementos que precisa ser socializado, socializado...

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

(...) com as categorias, com o Tribunal de Contas, com o Tribunal de Justiça e com esta Casa.

Nós não tivemos acesso a esses elementos para fazer o debate profundo. Nenhum servidor, nenhuma servidora – estou certo, Érico, os companheiros do Sindipoc? – quer implodir a Previdência! As pessoas têm uma leitura de que, obviamente, isso é um grande patrimônio dos servidores.

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

Mas nós queremos uma discussão séria, profunda, democrática, nos moldes do que fez o governador Flávio Dino, inclusive um governador que é do mesmo campo político que V. Ex.^a, que estabeleceu 2 anos de debate democrático sobre o tema.

Por que que a Bahia tem que sair da rota da democracia e pegar esse caminho do atropelamento?

Só para concluir, deputado.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Não, eu sei. É porque o meu tempo terminou e eu preciso fazer a minha ponderação final.

O Sr. Hilton Coelho: Eu só quero dizer, sinteticamente, que nós não queríamos ter aqui uma posição agressiva com a Casa. O deputado presidente em exercício chegou a dizer que houve uma judicialização da política, como se nós tivéssemos sufocado a política ao entrar com a ação judicial. E o que nós queremos, realmente, é privilegiar a política através do diálogo, do debate sincero, do debate franco e com a possibilidade de se encontrar a síntese.

Esse foi o apelo do Partido Socialismo e Liberdade e do Partido Comunista Brasileiro da Unidade Popular quando judicializaram. Nós clamamos para que o processo ganhasse o ritmo de uma perspectiva democrática e não do atropelamento, como possivelmente se daria caso a liminar não fosse aprovada pelo Tribunal de Justiça.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Com sua vênia, Sr. Presidente, só para eu concluir aqui.

Eu, deputado Targino, o que digo aqui é o seguinte: primeiro, não quero entrar no mérito se o governo discutiu ou não discutiu com as centrais. Na hora em que chega à Casa, aqui, nós estamos discutindo, não discute quem não quer.

V. Ex.^a participou de todas as reuniões comigo, junto com os servidores. O presidente do Sindipoc participou das diversas reuniões, todas, todas, e apresentou propostas.

Porque, às vezes, é o negócio: quando está reunido lá, no meio de todo mundo, ninguém apresenta. Depois, quando chega no corredor: “Não, mas a minha reivindicação é essa”.

Os policiais civis nós recebemos, recebemos delegados de Polícia, recebemos aqui o Ministério Público, recebemos a Defensoria Pública, que agora está aqui sentada, aguardando para a gente conversar. Está marcada uma reunião para as 16 horas com as centrais e com todos os setores do segmento organizado.

Então, na realidade, é um falso debate. O que aconteceu aí na porta, na realidade, foi uma marcação de posição política.

O que eu digo, deputado Hilton, para encerrar, é que eu acho legítimo que os servidores – se se sentiram desprestigiados, não se sentiram legitimados, seja no Executivo, seja na Casa –, através das suas associações, tomem a iniciativa para judicializar o processo. Mas V. Ex.^a fazer uma judicialização contra o rito desta Casa, isso é irreparável do ponto de vista das nossas relações aqui.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Queria pedir a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

Por favor, como V. Ex.^a não pediu para marcar o tempo, nós temos na Casa...

O Sr. Hilton Coelho: Eu quero pedir os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton, só...

Solicito que marquem os 15 minutos para que a gente verifique, atendendo à questão de ordem, se existe quórum para a continuidade da sessão.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada Fabíola.

Pois não, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Dentro da questão de ordem, além de zerar o painel e convocar os deputados para a presente sessão, também quero aproveitar para dar o nosso testemunho em relação ao que aconteceu desde que essa PEC chegou a esta Casa, sob a liderança do deputado Rosemberg, do que foi dialogado com, não só representantes de centrais sindicais, representantes de associações e até – quero aqui dizer – com o próprio governador Rui Costa. Ele, que ao receber os deputados dos diversos partidos para informar sobre os detalhes da PEC 158, deputada Ivana, também já ouviu desses mesmos deputados as dificuldades, os pontos mais sensíveis no que dizia respeito à idade mínima, à pensão por morte, às regras de transição e ao nosso compromisso de, obviamente, tornar menos cruel o que a gente chama de mitigação de danos.

E recebemos do governador uma argumentação, não só para a adequação à regra federal – porque essa é uma reforma federal e para obtenção do certificado de regularidade previdenciária fazia-se necessária essa adequação –, mas também explicando o déficit previdenciário da Bahia, que já está em R\$ 4,3 bilhões.

O PSB é um partido que tem forte ligação com os movimentos sindicais, não só na área de educação, na área de saúde, mas na área, inclusive, da própria segurança pública, na área de agentes, de técnicos e obviamente também não descansou desde a época da PEC, deputado Rosemberg. Sempre a recepcionar pleitos de diversas categorias e a sofrer... É importante que a gente diga que os deputados que se empenharam, sob a liderança de Rosemberg, deputado Zé Raimundo, para tornar menos cruel, para tornar possível a flexibilização dessa reforma também estão recebendo pautas desses movimentos e encaminhando através de Rosemberg, através da Serin, através da Saeb, aquilo que é possível ser negociado.

De forma que sou testemunha – e é bom que fique registrado – primeiro: do nosso compromisso com o funcionalismo público, porque ele existe e não raro estivemos aqui defendendo as mais diversas categorias. Segundo: de que nos solidarizamos. Obviamente que essa forma célere não é uma forma efetivamente que os deputados desejariam, porque inclusive sou presidente da Comissão de Serviços Públicos e nunca me furtei ao debate, à luta de trazer pontos. Mas essa é a forma que vem, essa é a forma que estamos aqui na Assembleia tentando – ao dialogar e recepcionar pautas e propostas – encaminhar ao governador, que já se mostrou sensível a vários desses pontos.

Então, é importante que a gente reafirme isso porque essa negociação continua. Como já foi dito, hoje de manhã tivemos uma importante reunião, à qual levamos esses pleitos. Não só os pleitos mais genéricos que foram encaminhados por algumas associações, no que diz respeito a pensão, abono permanência, regras de transição, idade mínima, enfim, mas também algumas especificidades das categorias.

Tivemos também... Quero dar ciência, deputado Rosemberg...

O Sr. Hilton Coelho: Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: (...) de uma reunião. Hoje, a presidente do PSB, Lídice da Mata, recebeu algumas centrais e líderes sindicais, para encaminhar uma

proposta para a gente tentar negociar e avançar nas negociações. O diálogo está sendo feito, mas um diálogo mais amplo, mais democrático, a fim de encaminhar o que é possível, também com o aval legítimo de todas as centrais.

Então, nós estamos, como sempre, como deputada do PSB, Capitão Tadeu... A PEC que melhora a vida dos militares é uma PEC que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) também está tramitando nesta Casa e precisa de prazo para ser votada até o dia 17. Mas temos que dialogar, no que for possível, avançando, mas avançando legitimamente com a pauta e com as propostas dos movimentos sindicais que muitos de nós representamos nesta Casa. E é essa a proposta que nós temos.

Sr. Presidente, convoco a todos, já no tempo final para o quórum...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para a verificação de quórum para a continuidade desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendida.

Comunicação inadiável, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, queremos fazer observações sobre essa polêmica da devolução. Primeiro que a devolução da remuneração das sessões extraordinárias é regimental, senão não teríamos um ofício para que, formalmente, os deputados pudessem fazer isso. Cada deputado vai fazer a partir da leitura que tenha acerca do significado disso. Eu acho que é para se perguntar qual é a avaliação da sociedade. E um deputado ou uma deputada precisam estar atentos, em sintonia com o entendimento da sociedade em relação à situação parlamentar.

É muito fácil. É muito fácil conversar com a população lá fora e perceber como ela entende essa remuneração que, a nosso ver, não se justifica de forma alguma no direito do exercício do meu mandato parlamentar. Eu posso ter – e tenho – essa leitura de que não se justifica socialmente. Portanto, queria informar ao deputado Rosemberg que fiz hoje, inclusive, em ato público, a assinatura da renúncia dessa remuneração. Não acho que nenhum deputado, necessariamente, é obrigado a fazer, mas acho que se tiver uma sintonia com o sentimento da população, se tiver essa lucidez, vai fazer também. Mas cada deputado, cada deputada assumam a sua posição.

Em relação à questão da liminar, deputado, acabei não frisando esse elemento, além dos elementos de conteúdo, que são terríveis. O aumento de 55 para 62 anos para mulheres e de 60 para 65 anos para servidores homens, ou seja, um aumento significativo, muito cruel para os homens e para as mulheres. É perverso, deputada Olívia. A meu ver, é uma reforma misógina, além de extremamente agressiva. Há a perspectiva de se ter a integralidade rebaixada porque o governo rebaixa a integralidade ao considerar 90% das maiores remunerações, Érico, ao invés dos 80%. Vai rebaixar o valor inicial, mas há possibilidade de os servidores só terem direito à integralidade desse patamar rebaixado com a contribuição de 35 e 45 anos, respectivamente, para servidoras e servidores, é cruel! Nós estamos encontrando com esses servidores, e eles estão mostrando, evidenciando e começaram a fazer cálculos de como isso tem significado um “sobretaxa” perverso nas suas carreiras.

O que se pretende fazer com a Polícia Civil do nosso estado, uma profissão extremamente estressante – o número de suicídios na segurança pública é enorme –, o que se pretende fazer com os policiais e as policiais civis é terrível. Tudo isso numa reforma, como eu disse, na sua essência... E não só sou eu que estou falando, todas as lideranças estão dizendo isso.

Eu quero dizer, deputado Rosemberg, que participei apenas de uma única, perdão, de duas reuniões, das quais uma não se deu continuidade, porque eu levantei junto com as lideranças sindicais, em função da negativa do governo em retirar o projeto.

Mas a leitura das lideranças é que, sim, a reforma é, na sua essência, similar à reforma feita pelo governo Jair Bolsonaro. E com a diferença: nacionalmente, o governo não conseguiu fazer em menos de 10 meses. Aqui, como é que nós vamos aceitar, como as lideranças do movimento sindical, como é que essa base, como é que a sociedade vai aceitar que se faça essa reforma em 2 semanas, 15 dias? Isso não existe.

E para concluir, em relação ao rito aqui, eu quero dizer que se nós fazemos votação aqui com quórum que precisaria ser de 21 deputados, nós fazemos com cinco deputados - abrimos a sessão com sete deputados e ao final tem cinco -, se nós fazemos uma votação aqui, que precisariam ter 32 deputados e deputadas e fazemos essa votação com cinco deputados, se nós aceitarmos, como deputados, apenas termos ciência formal do projeto através do Diário Oficial...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) no dia posterior à aprovação da sua prioridade, então vamos renunciar ao nosso mandato parlamentar. Eu não vou fazer isso. Mandato parlamentar nos foi dado pelo povo da Bahia. Enquanto aqui eu estiver, nós vamos – nós, do Psol, do PCB, da Unidade Popular, acho que representamos o sentimento do conjunto de lideranças dos movimentos sociais –, vamos exigir debate sério, democrático, respeito à Constituição, ao Regimento, de uma forma em que a construção...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) seja essa construção transparente, para encontrar saídas para a nossa Previdência pública, que todos nós queremos reforçar, e não privatizar. (Palmas)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, eu quero aqui... Cometi um... Não fiz alusão ao deputado José de Arimateia e ao deputado Alan Sanches, que fazem aniversário hoje. Parabenizá-los. Espero que a gente possa, ao final do expediente... Eles já me disseram que vai ter um jantar. Estendam também para todos, não só para os deputados, para que a gente possa fazer essa confraternização.

Mas, Sr. Presidente... Deputado Hilton, eu aqui, primeiro, não acho que V. Ex.^a deve renunciar mandato algum, muito pelo contrário. Eu sou defensor aqui de que só o povo é quem coloca e quem tira parlamentar. Fiz isso aqui na defesa do deputado Marcell e na defesa do deputado Targino, porque eu acho que depois de diplomado, certo, não cabe a interferência do ponto de vista eleitoral.

O que eu, em síntese, só quero dizer é que nós estamos perdendo um tempo imenso. O projeto chegou aqui dia 18, deputado Adolfo. Nós estamos debatendo do dia 18 até agora. Todos os dias tem debate sobre o tema. Só quem não apresentou proposta foram a CUT, a CTB e a Conlutas. Todos os outros apresentaram. Essas não apresentaram, mas individualmente um representante dessas centrais conversa comigo e me coloca quais são os pontos de inflexão.

Em função disso, eu, a deputada Fabíola, o deputado Robinson, o deputado Alex Lima e o deputado Fabrício, uma vez que tem uma base social, levamos ao governador essas preocupações e vamos hoje, às 16 horas, apresentar alternativas para os pontos que todos falaram comigo. Agora já recebi um recado que as centrais sindicais disseram que não vêm. Paciência, eu vou discutir com quem quer discutir. Ou seja, é isso que estamos falando, nós estamos perdendo um tempo imenso: “Ah, eu não discuto porque eu preciso de mais 1 dia”. Está bom, nós estamos discutindo aqui. Se nós abrissemos ao debate, nós estaríamos muito mais avançados do que, na minha opinião, vamos chegar hoje às 16 horas. Mas, graças a Deus, hoje está tendo a boa vontade de uma série de servidores do estado, boa vontade dos deputados e do governador, que mesmo nesse período estamos aqui.

Eu quero reafirmar que eu acho que os parlamentares devem ser respeitados no seu período de descanso, porque quem acha que não precisa de descanso, no mínimo, não está trabalhando o suficiente, obviamente. Porque eu aqui trabalho mais do que trabalhei em toda minha vida, nos diversos empregos que tive, porque aqui eu tenho uma jornada de quase 12 horas todos os dias. E quando eu trabalhava no Polo Petroquímico de Camaçari minha jornada era de 8 horas. Então eu mereço ter um período de descanso, como todos devem merecer o seu descanso. Agora, é lógico que é uma decisão de cada um que acha que aqui não é trabalho. Eu entendo isso aqui como trabalho. Eu não entendo isso aqui apenas para ajudar a dar visibilidade ao meu agrupamento político. Eu entendo como trabalho e como um local para a gente aprovar os projetos de interesse da sociedade. Por isso que eu espero que a gente faça a reunião. Queria convidar os deputados da Base do Governo para a gente fazer uma reuniãozinha aqui nas comissões, para eu apresentar, inclusive, sugestões das propostas que nós debatemos com o governador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não havendo número suficiente para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.